

A HISTÓRIA QUE A EDUCAÇÃO OFICIAL NÃO CONTA: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS DE JOVENS PRETOS

THE STORY THAT OFFICIAL EDUCATION DOES NOT TELL: FORMING EXPERIENCES OF YOUNG BLACK PEOPLE

Carlos Alberto Máximo Pimenta ¹

Resumo: Este relato de experiência se circunscreve às ações de formação de jovens pobres e pretos ao acesso às universidades públicas, ação realizada pela AFRONORTE - Associação dos Afrodescendentes do Vale do Paraíba e Litoral Norte, município de São José dos Campos/SP. Objetiva-se descrever as estratégias utilizadas para que jovens concorram às vagas em vestibulares públicos. Os dados utilizados resultam de entrevista com o coordenador da Associação e observações de campo junto aos ex-alunos e docentes voluntários dos cursos. As dificuldades na manutenção do espaço físico da Associação, a falta de recursos financeiros para aquisição de materiais didáticos e pagamento das despesas correntes são limitadores da expansão das ofertas, mas não impedem de produzir resultados significativos à comunidade, quer seja no acesso às universidades públicas, gratuitas, quer seja na formação ou conscientização sobre a realidade enfrentada pelo povo preto e pobre na região e no Brasil.

Palavras-chave: Educação Informal. Educação de Jovens. Formação Popular. Movimentos Sociais. Espaços Formativos.

Abstract: This experience report is limited to the forming experiences of poor and black young people to access public universities, an action carried out by AFRONORTE - Association of Afro-descendants of Vale do Paraíba and Litoral Norte, municipality of São José dos Campos, São Paulo. The objective is to describe the strategies employed for young people to apply for entrance exams to compete for a position in public universities. The data used in this article is a result of an interview with the coordinator of the Association and field research with former students and volunteer teachers of the courses. The difficulties in maintaining the physical space of the Association, the lack of financial resources for the acquisition of teaching materials and payment of current expenses are limiting the expansion of offers, but they do not prevent it from producing significant results for the community, whether in access to public universities, free of charge, whether in training or raising awareness about the reality faced by black and poor people in the region and in Brazil.

Keywords: Informal Education. Youth Education. Popular Formation. Social Movements. Training Spaces.

¹ Doutor em Ciências Sociais. Pesquisador no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG DTecS), lotado no Instituto de Engenharia de Produção e Gestão (IEPG), da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Coordenador do Núcleo de Estudos Interdisciplinar sobre Desenvolvimento (NEID). Membro da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESOCITE.BR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6014753937589029>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2815-7512>. E-mail: carlospimenta@unifei.edu.br

Introdução

Este relato de experiência se circunscreve à formação de jovens pretos e pobres, entre 16 a 21 anos, com a finalidade de que tenham acesso às universidades públicas gratuitas, mas, fundamentalmente, possam trazer suas colaborações de valorização e entendimento da cultura Afro-brasileira.

Trata-se de projeto de divulgação da cultura afro – inicialmente direcionado para alunos das escolas públicas do ensino fundamental e médio da zona norte do município de São José dos Campos, Estado de São Paulo – que foi ganhando corpo e se estabeleceu como um instrumento de formação de jovens, por meio de um conjunto de ações e atividades preparatórias para se ter acesso às universidades.

As ações e atividades são desenvolvidas por integrantes da AFRONORTE (Associação dos Afrodescendentes do Vale do Paraíba e Litoral Norte), estes constituídos por metalúrgicos, professores de vários níveis (fundamental, médio e superior), membros da comunidade, artistas, produtores culturais que acreditam na educação como uma ferramenta de superação das desigualdades socioculturais e socioeconômicas no Brasil.

Dentro do enunciado, objetiva-se descrever as estratégias utilizadas pela Associação para que jovens concorram às vagas em vestibulares públicos e, como consequência, trazer elementos à reflexão sobre a história oficial, hegemônica, que não consegue incorporar em suas práticas curriculares, cotidianas e administrativas as experiências formativas populares.

Do ponto de vista metodológico, os dados utilizados resultam de entrevista com o coordenador da AFRONORTE, efetivada em 25 de julho de 2022, mediante perguntas semiestruturadas tendo como eixo-central as pretensões formativas da Associação. Também se realizou um conjunto de observações de campo, durante o período de novembro de 2021 a agosto de 2022, face a implantação da subsede da entidade no município de Aparecida do Norte, Estado de São Paulo, com o devido registro em caderno de campo. Ressalta-se que a técnica de observação de campo teve foco a sistemática da organização e participação das atividades propostas, sem perder de horizonte as percepções educacionais, políticas e raciais que os participantes revelavam.

Salienta-se que todas as informações utilizadas foram extraídas da entrevista e observações anunciadas acima, cujo critério de análise pautou-se nos argumentos de Pierre Bourdieu (1997), especificamente em “Compreender”, alocado em “A Miséria do Mundo”. Salienta-se, ainda, que o registro das falas, ações e relações permite perceber o emergir da “dissimetria social” (BOURDIEU, 1997, p. 695). O material empírico utilizado evidencia os discursos hegemônicos, as rupturas, as resistências, as novas atribuições de sentido direcionado às questões raciais e educacionais, em perspectivas de lutas para que ocorram mudanças no cenário educacional e sociocultural às pessoas pretas e pobres.

Este relato está organizado em duas partes, enquanto proposta de análise, discussão e argumento: o contexto de surgimento da AFRONORTE e seus contornos; às correlações entre a experiência educativa da Associação e um projeto de Brasil simétrico entre brancos, negros e indígenas.

A constituição da AFRONORTE: contexto e pretensões

Desde o processo de colonização no Brasil a violência contra os povos indígenas e africanos escravizados se constituiu em uma forma de organização social, econômica e política, cuja repercussão reverbera na inserção na sociedade de forma subalternizada, a qual tem rebatimentos severos nas dimensões do simbólico, da cultura, da moral, da ética, da estética, da representação, da subjetividade, consequentemente da vida social.

A relação entre as inúmeras manifestações de violência (superioridade de uns sobre os outros; sangue, morte, agressão, revólver, faca, roubo; moral; institucional; corrupção; dentro outros) e os efeitos sociais às pessoas pretas (inclui-se aqui as diferenças de gênero, lugar, classe) compõem o universo da ordem social brasileira, o que Almeida (2019) denominou de “racismo estrutural”.

A complexidade do entendimento dessas conexões ganha força na medida em que os

argumentos instituídos pela educação e formação, ou na seleção do conteúdo dos currículos escolares ou sistematização das linguagens que circulam nos sistemas de organização das relações sociais (igreja, família, lazer, Estado, direito, trabalho, por exemplo) naturalizam as dissimetrias sociais (BOURDIEU, 1997). Tudo que deveria gerar constrangimentos ou afetações se cristalizam na experiência cotidiano como algo normal.

No contexto passado, presente e futuro próximo, a literatura busca explicar essas conexões utilizando definições como “branquitude” (BENTO, 2014; SCHUCMAN, 2015), “racismo” (MUNANGA, 2004) ou “elite do atraso” (SOUZA, 2019). Por outro lado, o movimento negro trouxe uma disputa pelo campo de produção de conhecimento e de formação de competências, com a perspectiva de proposição de um projeto de Brasil que passa pela ancestralidade dos povos africanos e indígenas. Esse posicionamento de disputa pode ser pensado a partir do conceito de “desperdício da experiência”, elaborado por SOUSA SANTOS (2000).

No confronto de forças por outro projeto de país, a AFRONORTE potencializa o emergir das evidências de experiências históricas do povo preto desperdiçadas (ou apagadas) pela história hegemônica oficial. Posicionamento que define a valorização da história ancestral do povo preto, no âmbito regional e nacional, reconhecendo que as transformações também resultam da educação e da formação de quadros para ocupar espaços institucionais de primeiro e segundo escalão.

Desse emaranhado de prerrogativas, nasce em 22 de agosto de 2004 a AFRONORTE, no Centro Comunitário da Vila Paiva, com o projeto de levar a cultura afro-brasileira para dentro das escolas públicas fundamental e média da Zona Norte de São José dos Campos, Vale do Paraíba paulista. Trata-se de um sonho de “um grupo de jovens, pretos, dentro do Centro Comunitária do Alto da Ponte Cidade de São José dos Campos”. Conta Claudinei¹ que participaram do grupo inaugural a “Dalva, Débora Sena, Gisele Francisco, Emerson Francisco, Jeferson Alexandre, Gisele, Claudinei Corrêa Anderson Pinguim”.

Ao longo dos anos o papel da Associação, em conjunto com outras iniciativas (EDUCAFRO, como exemplo), tem se demonstrado pertinente e necessário levando-se em conta a dificuldade de acesso dos jovens pretos às universidades (gráfico 1).

Gráfico 1. Taxa de Jovens Brancos/Pretos/Pardos Cursando ou Diplomados do Ensino Superior.



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais do IBEGE (2019); EDUCAFRO (2019).

Os avanços não foram simétricos (gráfico 1) quando comparado o acesso ao ensino superior entre jovens brancos e pretos, caracterizando a desigualdade racial e social em termos de número

¹ Claudinei Correa, também conhecido como NEI, é um dos jovens idealizadores do projeto de levar a história da ancestralidade afro-brasileira para as escolas, o que mais tarde constituiu a AFRONORTE.

da população. O gráfico acima demonstra a necessidade de intervenções sociais de excelência, nos termos propostos pela AFRONORTE.

Este movimento é estimulado pelo processo de redemocratização e pelo conjunto que Leis instituídas (Leis n. 7.716/1989, n. 9.029/1995, n. 7.347/1985 e n. 10.778/2003), adere ao debate e às lutas de intervenções sobre a democracia racial, está fortemente questionada pelos movimentos sociais, os quais impulsionaram ações afirmativas em torno da superação do racismo.

No bojo dessas lutas, a sociedade brasileira promulgou o Estatuto da Igualdade Racial, Lei n. 12.288/2010, que em seu artigo 1º aponta ser um instrumento jurídico “destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”. Consequentemente, o Estatuto vislumbra: combater a discriminação racial ou étnico-racial, a desigualdade racial e a desigualdade de gênero e raça; valorizar a autodeclaração das pessoas pretas; promover políticas públicas e ações afirmativas.

Essa institucionalização resultou dos “clamores” que o movimento negro vem fazendo por décadas, fortemente rechaçado pelos discursos hegemônicos de democracia racial. Desde sua origem a AFRONORTE entendia que a formalização de um conjunto de regras compiladas não era suficiente para superação da discriminação e promoção da igualdade racial, mesmo tendo no horizonte o reconhecimento de um sistema normativo que traga a possibilidade de reparações e restituições históricas, assobrada por um passado colonial e estrutural de violências.

É, conforme artigo 2º da Lei nº 12.288/2010, dever do Estado e da Sociedade “[...] garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade [...]”. Acrescenta o texto legal que esta participação assume importância especial em atividades “[...] políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais”.

O Estatuto vem ratificar as ações antirracismo iniciadas pela AFRONORTE nas escolas, cuja proposta central “era exigir a implantação da cultura Afro em todas as escolas da Zona norte de São José dos Campos SP”, afirma Claudinei. Reforça que as atividades desenvolvidas visam, também “[...] o fortalecimento da cultura afro, bem como a adesão dos jovens ao curso preparatório para participação nos vestibulares das instituições de ensino superior públicas”.

Em outros termos, a Associação acreditava na educação e na formação universitária como um caminho para assimetrias sociais, econômicas, políticas e simbólicas.

Uma experiência educativa e um Brasil socialmente simétrico

A luta da Associação está diretamente relacionada aos movimentos normativos de reparação, restituição, reconhecimento e superação da violência colonial empregada contra os povos pretos, bem como organiza o conjunto de suas ações fundamentadas no Estatuto da Igualdade Racial. Em termos de experiência de formação de jovens, a base legal refere-se à aplicação da Lei n. 10.639/2003, a qual torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas do país.

Havia um consenso de que a educação formal não tinha, em seus inúmeros processos de seleção de conteúdo curricular, material pertinente e consistente que representasse a história e a cultura do povo preto, a partir da realidade experimentada e dos ocultamentos perpetuados pela história oficial.

Aos olhos da Associação o processo de educar para acesso às universidades tinha complicadores à formação do jovem: (1) as manifestações não poderiam ficar aprisionadas em ações denunciatórias; (2) o educador não deveria ser exclusivamente profissional da educação, considerando que a realidade do povo preto não estava sendo explicitado na educação oficial; (3) a formação teria que harmonizar o sucesso nos vestibulares com conscientização de ser preto e pobre no Brasil.

Essas preocupações foram sendo lapidadas e equacionados no exercício do fazer dentro das escolas da região e dos desdobramentos das ações sociopolíticas realizadas pela Associação, envolvendo valorizações da mulher, da ancestralidade, da cultura, das festas, do lugar e das pessoas, sempre dentro do contexto de reescrever a história oficial.

Na luta pela implantação da cultura Afro-brasileira nas escolas da Zona norte de São José dos Campos, inicialmente nas unidades “Francisco João Leme”, “Yoshia Tacaoka”, “Jorge Barbosa” e “José Ilma”, se vislumbravam ações antirracistas. Portanto, na medida em que as demandas intensificavam outras ações e necessidades se apresentavam até a constituição do curso preparatório de vestibular (figura 1) para jovens pretos e pobres acessarem o ensino de terceiro grau: as universidades.

Figura 1. Aprovados em Vestibulares e Sala de Aula Núcleo Maria Figureira.



Fonte: AFRONORTE (2020).

A Associação em movimento coloca em evidência outro projeto de Brasil e registra um conjunto de ações antirracista pela Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte que merecem destaque:

1- (2006) PROAC de Cultura do Estado de São Paulo, com o Documentário “Etno Vale: nas trilhas da Diversidade”;

2- (2006; 2007; 2008; 2009) Arte nos Quilombos de São Bento do Sapucaí, Caçandoca e Jaó;

3- (2005) Miss Dandara, com a pretensão de potencializar a beleza das meninas negras, em o apelo erótico ou exótico culturalmente atribuído ao corpo preto. Ressalta-se que o evento do Miss Dandara promove econômica criativa, no sentido da confecção e venda das roupas (customizadas pelas próprias participantes), pautadas no estilo africano; Feira afro; shows temáticos; exibição de filmes; debates; brincadeiras educativas. Ressalta-se, ainda, que o Miss Dandara é pensado, elaborado e executado pela comunidade preta e não recebe nenhuma subvenção de terceiros, público ou privado.

4- (2007) ABC sem preconceito. Direcionado à formação de lideranças negras na luta antirracista e na promoção de políticas públicas no combate ao racismo (preconceito, discriminação) e igualdade de oportunidades. Esta ação resultou na formação de “10 mil formados em 15 Escolas públicas de São Jose dos Campos e Jacareí”, relata Claudinei.

5- (2008) Prêmio Mulheres Empoderadas, criado em homenagem a figureira que ficou conhecida como “Maria Figureira”. Trata-se de uma mulher valente que “foi protagonista na defesa, execução e multiplicação da cultura popular brasileira (...). Nasce em Cachoeira Paulista em julho 1910 e morre em novembro 2006”, salienta Claudinei. Em seus 96 anos de vida, Maria Figureira confeccionou revoadas, carruagens, presépios e o Pavão Colorido (produzido artesanalmente entre as figureiras de Taubaté - <http://figureirosdetaubate.com.br/about.html>), artefatos elaborados a partir do barro, aprendizagem que se deu no fazer “com seu avô homem negro escravizado”, acrescenta Claudinei.

6- (2008) Movimento no Congresso dos trabalhadores Metalúrgicos de São José dos Campos e região para a criação do Grupo de Trabalho contra o racismo.

7- (2009) Programa Doutores do Futuro. Realizações de palestras sobre Racismo e instrumentos de superação nas Universidades da região (UNIVAP, ANHAGUERA, ETEP, entre outras), tendo como uma das pautas a aplicação das políticas de cotas.

8- (2015) Atividades contra o genocídio da juventude negra, considerando o aumento da violência direcionadas aos jovens pretos (CERQUEIRA; MOURA, 2013). Nessa linha de atuação, celebra-se parceria com a Une-Afro-Brasil e implantam os Cursinhos Populares nas cidades de Taubaté, Caraguatatuba, Ubatuba, Osasco, Jacareí e São José dos Campos (todas no Estado de São Paulo), em que as unidades adotaram nomes de lideranças negras. Os núcleos tiveram aprovações substantivas no ENEM e PROUNI, demonstrando a força da educação como instrumento de acesso e reparação social.

9- (2016) Reivindicação junto a OAB de São Jose dos Campos SP para a criação da Comissão da Igualdade Racial.

10- (2017) Implantação de eleição popular à cadeira do Conselho Municipal da Igualdade Racial junto a prefeitura de São José dos Campos, com a eleição de 8 membros do Conselho titulares pela AFRONORTE, das 10 vagas estatutárias. Institucionalização de programas tais como SEBRAE AFROEMPREENDEDOR e MEI-Afro para agentes de cultura afro-brasileira.

Nos últimos anos (2019, 2020, 2021 e 2022), a Afronorte mantém suas ações e atividades, algumas delas em recesso por conta da crise pandêmica da Covid-19, mas intensamente relacionadas a sua história de luta e formação popular. Num esforço de síntese realizaram: manifestações na luta antirracista sobre quem matou Marielle Franco e Anderson; na morte de George Floyd (vidas negras importam); criação da Coalizão Negra por Direitos; Projeto da “Ducha Solidária” (finalidade de dar banho e levar dignidade aos moradores em situação de rua, durante o isolamento promovido pela pandemia); Responsabilidade no Vale do Paraíba pela Campanha “tem Gente com Fome”, em que distribuíram 10 mil cestas básicas em diversas comunidades da região; Lançamento da “Sala Virtual Empodera Vale”, com a pretensão de mapear os territórios afros do Vale do Paraíba Paulista e configurar como espaço de capacitação de pessoas no combate ao racismo.

Em concomitância com os cursos de formação e preparação para vestibulares, a Associação, impulsionada pelas discussões político-formativas fomentadas pela Empodera Vala, realizou 38 encontros com professores, educadores e líderes comunitários. Desses encontros, executou-se ações formativas antirracistas no Bairro São Francisco em Aparecida; curso de lideranças na biblioteca Zumbi em Taubaté.

Em 2022, com a retomada das atividades presenciais, ocorreram o curso de Capacitação na Câmara Municipal de Aparecida voltado à criação do Conselho Municipal da Igualdade Racial e o 13º Prêmio Mulheres Empoderadas em homenagem a Maria Figureira.

A Associação entende, com base nas colocações do entrevistado, que a formação de jovens pretos e pobres esta embricada com a formação política e sociocultural. Não se trata de desqualificar o conteúdo curricular oficial, mas, sobretudo, trazê-lo à realidade das pessoas, lugares e cultura para que possa emergir um projeto de Brasil simétrico e, explicitamente, respeitoso com os conhecimentos e saberes das culturas africanas e indígenas.

Claudinei afirma que a AFRONORTE se organiza em 5 frentes de atuação: Miss Dandara; Prêmio Mulheres Empoderadas (Maria Figureira); Cursinho Popular; Sala Empodera Vale; e, ABC sem PRECONCEITO. Assim sendo, é no cruzamento dessas vertentes que os jovens vão se formando, assumindo seus lugares na luta antirracista e sociedade, em busca de um Brasil justo e sem preconceito de qualquer natureza.

Considerações Finais

Descrever as estratégias da AFRONORTE para formação de jovens pretos e pobres no Vale do Paraíba e Litoral Norte paulista tem correlações com a violência colonial, estrutura e institucional presentes em diferentes tempos sociais da constituição do Estado brasileiro.

A formação popular em destaque faz emergir a realidade da juventude preta e provoca, nas frestas, reescritas sobre a história oficial, hegemônica. Também provoca, na educação formal, restrições e limites para que se incorporem as informações e revisões da história, principalmente quando levantada, pesquisada ou referenciada por afrodescendentes metalúrgicos, membros da

comunidade, artistas, produtores culturais (atores sociais fora da academia ou da formalidade convencional de produção de conhecimento científico).

Em tempos de liquidez das relações (Bauman, 2008) ou de insistentes apagamentos das experiências (Sousa Santos, 2000), no caso da educação fora dos registros da história oficial, a AFRONORTE segue acreditando na educação como uma ferramenta de superação das desigualdades socioculturais e socioeconômicas no Brasil, sempre tendo como contraponto dinâmicas culturais de questionamentos das formas de colonização contemporânea (negação da violência colonial, da história contada pelos oprimidos, etc.). Em outros termos, não se trata de uma crítica à educação ou à escola. Trata-se de apresentar as formas como os movimentos populares tensionam, inovam ou criam as brechas para a participação dos seus (ou dos nossos), às margens ou desprivilegiados de oportunidades.

Em seus limites (dificuldades na manutenção do espaço físico, a falta de recursos financeiros para aquisição de materiais didáticos e pagamento das despesas correntes, a necessidade de expansão das ofertas), a Associação não deixou de produzir resultados significativos à comunidade, quer seja no acesso às universidades públicas, gratuitas, quer seja na formação ou conscientização sobre a realidade enfrentada pelo povo preto e pobre na região e no Brasil.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, 2019.

BAUMAN, Zygmund. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: Iray Carone; Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras). **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo Leandro de. **A Nota Técnica Vidas Perdidas e Racismo no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=730. Acesso em: 12 set. 2022.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoasDeRacaRacismoidentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2015.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

Recebido em
Aceito em